

**HABEAS CORPUS Nº 501.924 - SP (2019/0092637-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : LEANDRO DE CASTRO SILVA - SP258372  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSAIAS SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : JOSIAS SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSAIAS SANTOS DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravo em Execução n. 7000990-60.2018.8.26.0576).

Consta dos autos que o Juiz da execução unificou as penas e homologou os cálculos, considerando a data do trânsito em julgado da última condenação como marco inicial para concessão de benefícios.

Inconformada, a defesa apresentou Agravo em Execução, perante a Corte estadual. O Tribunal, contudo, negou provimento ao recurso, *in verbis* (e-STJ fl. 94):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO. ALEGAÇÃO DEFENSIVA QUANTO À DATA DO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DAS PENAS DEVER SER CONSIDERADA COMO MARCO INICIAL PARA OS LAPSOS DE BENEFÍCIOS, E NÃO A REFERENTE AO TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENÇÃO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO, CASO EM QUE APÓS A UNIFICAÇÃO DAS PENAS IMPOSTAS, A DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO, RELATIVA À ÚLTIMA CONDENÇÃO, OU A MÍNGUA DESSE, A ÚLTIMA DECISÃO CONDENATÓRIA. É OU!'. DEVE SER CONSIDERADA COMO MARCO INICIAL DA CONTAGEM DOS LAPSOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PRECEDENTES NA JURISPRUDÊNCIA.*

Na presente impetração, a Defensoria Pública sustenta que o marco inicial para concessão de benefícios, em caso de unificação das penas, é a partir da data da última prisão do apenado, não do trânsito em julgado da última condenação, em razão de ausência de disposição legal, bem como para

evitar *bis in idem*. Ressalta que a Terceira Seção desta Corte já consolidou o assunto.

Assim, pede, em liminar e no mérito, a cassação do acórdão coator, a fim de determinar a data da última prisão do paciente como marco inicial para fins de progressão de regime.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, **verifico manifesta ilegalidade** apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

A minha diretriz quanto à matéria posta nos autos amparava-se na jurisprudência então pacificada nesta Corte que se orientava no sentido de que, sobrevindo condenação ao apenado, por fato anterior ou posterior ao início da execução penal, a contagem do prazo para concessão de benefícios era interrompida, devendo ser feito novo cálculo, com base no somatório das penas. Feita a unificação de penas, considerava-se como termo *a quo* para contagem do novo período aquisitivo de benefícios executórios o trânsito em julgado da sentença condenatória superveniente.

Tenho, no entanto, que a questão está superada por recente alteração no entendimento da 3ª Seção sobre o tema, ocorrido no julgamento do *Habeas Corpus* n. 381.248/MG, de Relatoria da Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ocasião em que, após melhor refletir sobre o assunto, acompanhei divergência iniciada pelo Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, cujo entendimento prevaleceu, no sentido de estabelecer como **marco inicial para a concessão de benefícios** na execução, após a unificação de penas, **a data da última prisão do apenado**.

Referido julgamento foi concluído na sessão de 22/2/2018.

O tema também foi objeto de discussão pela 3ª Seção desta Corte no Recurso Especial n. 1.557.461/SC, de Relatoria do Min. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, com o mesmo resultado de julgamento finalizado também na mesma data do *Habeas Corpus* n. 381.248/MG.

Ante o exposto, **defiro a liminar** para determinar que o Juízo das Execuções Penais passe a considerar como marco inicial para a contagem do lapso temporal para a concessão de benefícios após a unificação de penas do sentenciado - excetuados o livramento condicional, indulto e a comutação, em relação aos quais não há alteração do prazo -, a data de sua última prisão, desde que, no que tange à progressão de regime, não tenha ele cometido falta de natureza grave, após o encarceramento, que justifique a interrupção do prazo, nos termos do enunciado n. 534 da Súmula/STJ ("A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração").

**Comunique-se, com urgência.**

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator